

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2012

**Introdução**  
Este relatório tem por objetivo retratar as principais atividades da IESA Óleo & Gás no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Seu foco é também demonstrar o propósito da Companhia em relação ao firme compromisso com a sustentabilidade de seus projetos e ações. As demonstrações financeiras a seguir foram elaboradas em total conformidade com a legislação societária e estão acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. O conteúdo desta publicação está disponível no site [www.iesa.com.br](http://www.iesa.com.br).

**Perfil da Companhia**  
A IESA Óleo & Gás S/A é uma empresa brasileira voltada à implantação de empreendimentos no mercado de petróleo e gás. É reconhecida não só pela vasta experiência de seu corpo de engenharia, de suprimento e de construção e montagem, mas também pela competência na gestão dessas implantações para seus clientes nos segmentos de óleo, gás, petroquímica e geração térmica. Fazendo parte de um Grupo presente no mercado há mais de quatro décadas, a IESA Óleo & Gás S/A tem participado dos maiores e mais importantes projetos recentes do setor brasileiro de petróleo e gás.

Com sede na cidade do Rio de Janeiro e com bases industriais instaladas em Macaé, no estado do Rio de Janeiro, e na baixada santista, em São Paulo, especializadas em atividades ligadas à manutenção, à reforma e à modernização de plataformas marítimas de petróleo e gás, a IESA Óleo & Gás atua fortemente em contratos na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction), ofertando, assim, soluções integradas ao mercado.

Atualmente, a empresa está construindo mais uma unidade industrial no município de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, com capacidade para a construção simultânea de até 24 módulos para plataformas de petróleo.

O perfil empresarial de sucesso pode ser comprovado pelas realizações nas áreas de implantação de plantas de processo "on-shore" e "off-shore", de usinas térmicas e de reforma, manutenção e modernização de plataformas, desde a etapa de engenharia até a entrada em operação de cada empreendimento. Compromisso com a qualidade, a segurança, o meio ambiente e com a responsabilidade social e o respeito profissional e o comprometimento com a imagem da empresa são os princípios fundamentais exigidos de todos os profissionais da IESA Óleo & Gás. São eles que orientam a relação de seu quadro de colaboradores junto aos clientes, acionistas e a todo o mercado.

A IESA Óleo & Gás também se destaca devido às diversas certificações que possui - ISO 9001; ISO 14001; OHSAS 18001; SA 8000 (SEDE) e ISO/TS 29001 - as quais elevam seu nível de competência e garantem a sua preocupação com clientes, colaboradores e com o meio ambiente.

Eleita pelo jornal O Globo, em 2010, a empresa que "Faz Diferença", a IESA Óleo & Gás, além de cumprir sua função social ao gerar emprego e renda, promove inúmeras ações culturais e beneficentes entre os moradores das comunidades onde atua. Consciente de sua responsabilidade em ajudar o progresso da sociedade e, consequentemente, do país, a empresa desenvolve programas educativos visando a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, diminuindo, assim, as diferenças socioeconômicas.

Os prêmios "ABS (Agência Brasil de Segurança) - Categoria Ouro", "Melhores Empresas para Trabalhar" e "Sesi - Qualidade no Trabalho" ratificam que a IESA Óleo & Gás busca sempre proporcionar melhor qualidade de vida e bem-estar aos seus colaboradores, mantendo um clima de trabalho agradável e seguro e, uma equipe unida, motivada e treinada.

**Comentário sobre o Desempenho Operacional**  
A IESA Óleo & Gás apresenta, em 31 de dezembro de 2012, um saldo da carteira de encomendas de R\$ 2,8 bilhões, que lhe possibilitará nos próximos exercícios manter seu desempenho como nos anos anteriores.

A manutenção da classificação nível A no cadastro da Petrobrás (CRCC), aliada às cláusulas da ANP (Agência Nacional de Petróleo) de conteúdo nacional, as quais estabelecem a fabricação no Brasil de até 70% dos empreendimentos de exploração e produção, coloca a IESA Óleo & Gás em posição de destaque no mercado, a fim de continuar participando do plano de investimentos da Petrobrás de US\$ 236,7 bilhões para os próximos cinco anos.

Durante o ano de 2012, a IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história do Grupo Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO2 para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobrás, BG Group, Petrogal e Repsol Sinopec. Esses módulos são responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO2, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.

Para atender a este contrato de fornecimento de módulos e visando um mercado que deverá demandar 1.200 módulos para equipar 100 plataformas nos próximos 10 anos, a IESA Óleo & Gás está construindo em Charqueadas/RS uma unidade industrial com capacidade de montagem simultânea de até 20 módulos para plataformas de petróleo.

Esta unidade está sendo construída em uma área de 360 mil m2 disponibilizada pela Prefeitura de Charqueadas, e demandará investimentos de aproximadamente 80 milhões de reais. Está prevista a abertura de 1.200 novos empregos diretos e indiretos: serão treinados na região engenheiros, montadores, soldadores, eletricitistas, encanadores etc. Para tal, a empresa conta com a excelente estrutura das escolas técnicas existentes no município.

Outro destaque de 2012 foi a licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobrás. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidades de Manutenção e Segurança (UMS), que são unidades flutuantes de apoio à manutenção e atividades de construção & montagem nas plataformas, destinadas ao aumento da capacidade de realização de serviços e acomodações. Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobrás, do qual a IESA sai na frente de seus concorrentes.

Este contrato será executado em sua unidade offshore de Macaé/RJ e estima-se gerar 1.300 empregos diretos e indiretos, devendo movimentar a mão de obra na cidade de Macaé e cidades vizinhas.

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 1,267 bilhão ao final de 2012, valor 32% superior a 2011. Para a IESA Óleo & Gás atingir um faturamento de R\$ 1 bilhão é motivo de muito orgulho para seus administradores e colaboradores, pois se olharmos para 2005 quando a Companhia iniciou suas operações com um faturamento em torno de R\$ 50 milhões, representa um crescimento superior a 20x, um fato marcante em sua recente história.



O lucro bruto ou margem bruta, que representa a diferença entre o valor faturado e o custo de produzir ou promover o serviço, apresentou uma redução de 3,35% no consolidado (17,04% em 2012 e 19,64% em 2011) e uma redução de 24% na controladora (12,69% em 2012 e 16,77% em 2011). A queda apresentada pode ser explicada pela revisão da margem operacional do projeto de fornecimento de módulos para a P55 e custos excedentes de supervisão e assistência técnica dos consórcios HDS e Reduc-Plangás.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 92,2 milhões, representando um acréscimo em valores absolutos 31% em relação ao ano de 2011 (R\$ 70,2 milhões). Quando comparadas como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas mantiveram-se na relação de 7,7%.

A mão de obra qualificada ainda é o principal gargalo do setor. Para suprir a demanda, a IESA Óleo & Gás investe em treinamento das competências técnicas - como os sistemas AutoCAD e PDMS, específicos da área - e comportamentais do corpo de engenharia. Cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação relacionados ao negócio também são subsidiados. Essa política agressiva de retenção e atração de novos talentos é necessária para a empresa fazer frente aos novos investimentos que estão sendo demandados.

O resultado de equivalência patrimonial mostrou um lucro de R\$ 59,4 milhões em 2012 contra um lucro de R\$ 50,4 milhões em 2011. O resultado expressivo é decorrente dos projetos de construção das plataformas de petróleo e gás P 55, P 62 e P 63, executados pelas empresas controladas em conjunto QUIP, CCI e RIG, respectivamente.

A geração de caixa bruta da IESA Óleo & Gás, medida pelo EBITDA (Lucro Antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), no ano de 2012, foi de R\$ 104,6 milhões contra R\$ 94,6 milhões em 2011, com uma margem de 9%.



Ao final de 2012 o endividamento bruto bancário era de R\$ 277 milhões, representando uma relação de 2,6x EBITDA (em 2011 a relação da dívida bancária com o EBITDA era de 2,9x). Esse endividamento é composto por operações de capital de giro e operações para investimentos, principalmente para aplicação na nova unidade industrial que está sendo construída em Charqueadas/RS.

**Gestão Social em 2012**  
A IESA acredita que a realização de ações empreendedoras permite o contínuo desenvolvimento das comunidades. Por isso, nos projetos sociais que realiza, busca envolver empresas, poder público, federações das indústrias e associações de moradores de forma a desenvolver programas educacionais visando à elevação da escolaridade e à inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, diminuindo, assim, as diferenças socioeconômicas.

- Programas Sociais (entidades atendidas):
- Unidade de Polícia Pacificadora - UPP: da Providência, do Borel, da Chácara do Céu, dos Macacos;
  - Hemório;
  - Igreja da Consolata;
  - Associação Espaço Pequeno Cidadão - AEPEC;
  - Associação Comunitária Paroquial - ASCOPA;
  - Associação Jean Yves Olíchon - ASSOJYO;
  - Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Teresa - CACCST;
  - Associação de Moradores Barra de Macaé;
  - Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS;
  - Movimento da Diversidade Social - MDS de Macaé.

Podemos ressaltar também que, em 2012, a IESA Óleo & Gás foi contemplada com vários prêmios:

- **Março/2012** - 48º colocação no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar - América Latina, desenvolvido pelo Great Place to Work.
- **Abril/2012** - Sede da IESA recebe prêmio ABS TOP em Gestão de Segurança no Trabalho - categoria ouro - fornecido pela Agência Brasil de Segurança (ABS).
- **Abril/2012** - Unidade de Macaé da IESA recebe prêmio TOP em Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - categoria prata - fornecido pela Agência Brasil de Segurança (ABS).
- **Julho/2012** - 14º lugar do estado do Rio de Janeiro no prêmio Melhor Empresa para Trabalhar, concedido pelo instituto Great Place to Work.
- **Outubro/2012** - Unidade de Macaé recebe Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT). Primeiro lugar na categoria "Educação e Desenvolvimento", na etapa "Regional".
- **Outubro/2012** - Sede da IESA recebe Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT). Primeiro lugar na categoria "Educação e Desenvolvimento", da "Regional Metropolitana" e da etapa "Estadual".
- **Novembro/2012** - Unidade de Macaé recebe prêmio Melhores Fomecedores de Bens e Serviços da Petrobras na Bacia de Campos 2012, categoria "grandes contratos de serviços".
- **Dezembro/2012** - Sede da IESA recebe Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT).
- Segundo lugar na categoria "Educação e Desenvolvimento", na etapa Nacional.

**Agradecimentos**  
A Administração da IESA Óleo & Gás S/A agradece o apoio recebido de seus acionistas, fornecedores, parceiros, clientes e instituições financeiras, o que nos tem permitido o rápido processo de consolidação empresarial. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento especial pelo empenho e total dedicação. A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Passivo Circulante	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
<b>Circulante</b>											
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	27.304	74.931	59.951	201.572	Fornecedores	13	17.871	10.049	58.012	15.706
Clientes	6	152.168	113.619	170.892	115.082	Financiamentos e Empréstimos	14	151.538	160.113	151.538	160.113
Títulos a Receber	7	250.623	218.344	250.623	218.344	Obrigações Sociais	13	32.325	28.415	36.281	30.212
Estoques	8	69.332	45.615	120.987	82.351	Impostos e Contribuições a Recolher	13	8.235	5.972	15.829	6.903
Créditos de Impostos	9	3.567	5.550	11.213	6.178	Dividendos Propostos		80	254	80	2.732
Dividendos a Receber		21	36.083	-	-	Provisão de Custo e Encargos	13	16.952	4.519	16.952	4.519
Despesas Antecipadas		234	359	256	421	Adiantamentos sobre Encomendas	13	325	-	68.700	151.206
Outros Créditos	6	784	1.108	13.299	5.340	Debêntures	15	26.614	31.514	26.614	31.514
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>504.033</b>	<b>495.609</b>	<b>627.221</b>	<b>629.288</b>	Outras Contas a Pagar	13	6.551	6.926	6.568	6.935
<b>Não circulante</b>						<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>260.491</b>	<b>247.762</b>	<b>380.574</b>	<b>409.840</b>
Realizável a longo prazo						<b>Não Circulante</b>					
Empresas Ligadas	18.1	15.603	16.599	19.263	19.749	Financiamentos e Empréstimos	14	98.856	80.025	98.856	80.025
Títulos a Receber	7	-	4.007	-	4.007	Impostos e Contribuições a Recolher	13	34.132	6.324	34.132	6.324
Impostos Diferidos	16.1	672	4.063	672	4.063	Empréstimos de Empresas Ligadas	18.1	2.287	39.342	7.172	9.282
Outros Créditos	6	320	1.357	376	1.469	Impostos Diferidos	16.1	24.567	26.270	24.567	26.270
Investimentos	10	19.825	16.994	433	447	Debêntures	15	-	26.100	-	26.100
Imobilizado	11	35.372	29.389	52.312	40.607	Provisões para Contingências	17	1.977	1.890	1.977	1.890
Intangível	12	10.553	9.082	11.299	9.725	Outras Contas a Pagar	13	3.315	-	3.545	237
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>82.345</b>	<b>81.491</b>	<b>84.355</b>	<b>80.067</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>165.134</b>	<b>179.951</b>	<b>170.249</b>	<b>150.128</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>586.378</b>	<b>577.100</b>	<b>711.576</b>	<b>709.355</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>					
						Capital Social	19.1	102.996	102.996	102.996	102.996
						Reservas de Lucros		56.003	46.395	56.003	46.395
						Ajustes Avaliação Patrimonial		1.754	(4)	1.754	(4)
						<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>160.753</b>	<b>149.387</b>	<b>160.753</b>	<b>149.387</b>
						<b>Total do Passivo</b>		<b>586.378</b>	<b>577.100</b>	<b>711.576</b>	<b>709.355</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	22	<b>962.053</b>	<b>741.858</b>	<b>1.267.637</b>	<b>960.203</b>
Deduções e Impostos sobre Vendas		(62.024)	(44.601)	(62.024)	(44.601)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	21	<b>900.029</b>	<b>697.257</b>	<b>1.205.613</b>	<b>915.602</b>
Custos dos Produtos e Serviços		(785.815)	(580.318)	(1.000.198)	(735.793)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>114.214</b>	<b>116.939</b>	<b>205.415</b>	<b>179.809</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>		<b>(17.753)</b>	<b>9.706</b>	<b>(106.571)</b>	<b>(55.805)</b>
Despesas com Vendas		(14.571)	(17.715)	(14.571)	(17.715)
Administrativas e Gerais		(62.687)	(55.236)	(92.256)	(70.289)
Outras Receitas (Despesas)	22	86	32.250	251	32.203
Resultado da Equivalência Patrimonial		59.419	50.407	5	(4)
<b>Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras</b>		<b>96.461</b>	<b>126.645</b>	<b>98.844</b>	<b>124.004</b>
Despesas Financeiras	23	(77.508)	(68.293)	(78.524)	(70.265)
Receitas Financeiras	23	18.224	5.265	20.602	17.060
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>37.177</b>	<b>63.617</b>	<b>40.922</b>	<b>70.799</b>
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	16.2	(1.687)	(10.512)	(1.687)	(10.512)
Imposto de Renda e Contribuição Correntes	16.2	(9.037)	(3.281)	(12.782)	(10.463)
<b>Resultado antes das Participações</b>		<b>26.453</b>	<b>49.824</b>	<b>26.453</b>	<b>49.824</b>
Participação dos Empregados		(6.095)	(11.670)	(6.095)	(11.670)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>20.358</b>	<b>38.154</b>	<b>20.358</b>	<b>38.154</b>
Quantidade de ações ao final do período		<u>65.995.745</u>	<u>65.995.745</u>		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>308,47</u>	<u>578,13</u>		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

		31/12/2012	31/12/2011
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>20.358</b>	<b>38.154</b>
Outros Resultado Abrangentes			
Ajustes Conversão s/Coligadas no Exterior		1.758	37
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>22.116</b>	<b>38.191</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro Líquido do período</b>	<b>20.358</b>	<b>38.154</b>	<b>20.358</b>	<b>38.154</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.228	2.442	5.208	4.207
Ganho na alienação de permanente	0	(22.423)	0	(22.423)
Perda na alienação de permanente	205	2.452	283	2.452
Equivalência patrimonial	(59.419)	(50.407)	(5)	4
Variações monetárias e cambiais	48.558	49.314	48.558	49.314
Impostos diferidos	1.687	10.512	1.687	10.560
Provisões (Reversões)	12.521	4.690	12.521	4.690
Atribuição do valor justo				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA Óleo & Gás S.A., é uma companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 04/03/2005 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 33.3.0027555-0. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.248.576/0001-11. Está sediada na cidade de Rio de Janeiro - RJ, Rua Mayrink Veiga, 09, 14º andar parte, CEP 20090-050.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

### NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em conjunto compreendem:

#### a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

#### b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes das demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Óleo & Gás S.A. e das controladas em conjunto, onde o controle é compartilhado com os demais acionistas, apresentadas abaixo:

#### Controladas em conjunto

	% Participação	31/12/2012	31/12/2011
QUIP S.A.	13,25%	13,25%	13,25%
RIG OIL & GAS INC.	16,66%	16,66%	16,66%
CCI OIL & GAS CONTRACTORS INC.	30,00%	30,00%	30,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei N.º 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e na NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;

b) Eliminação dos investimentos nas sociedades coligadas na proporção dos seus respectivos patrimônios.

c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e

d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

#### 3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### 3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

#### 3.4 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

#### 3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

#### 3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

As variações no valor de títulos classificados como disponíveis para venda são divididas entre as variações no custo amortizado e as variações no valor justo do título. As variações no custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment). No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão desvalorizados. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

#### 3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

#### 3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição dos serviços em andamento, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado.

#### 3.9 Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

#### 3.10 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

#### 3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

#### 3.12 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### 3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

#### 3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### 3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não-circulante ou no passivo não-circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

#### 3.17 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITAS</b>	<b>947.154</b>	<b>776.039</b>	<b>1.252.904</b>	<b>994.336</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	947.966	741.858	1.253.550	960.203
Outras receitas (despesas)	(812)	34.196	(646)	34.148
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(454.357)</b>	<b>(361.194)</b>	<b>(659.467)</b>	<b>(505.003)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(83.156)	(111.572)	(248.715)	(232.848)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(371.201)	(249.622)	(410.752)	(272.155)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>492.797</b>	<b>414.845</b>	<b>593.437</b>	<b>489.333</b>
Depreciação e Amortização	(6.213)	(2.784)	(8.189)	(4.617)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>486.584</b>	<b>412.061</b>	<b>585.248</b>	<b>484.716</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>77.643</b>	<b>55.672</b>	<b>20.607</b>	<b>17.056</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	59.419	50.407	5	(4)
Receitas Financeiras	18.224	5.265	20.602	17.060
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>564.227</b>	<b>467.733</b>	<b>605.855</b>	<b>501.772</b>

### PESSOAL

Salários e encargos 304.404 246.002 335.513 267.513

Benefícios 224.630 200.525 251.329 218.414

FGTS 60.594 30.518 64.139 33.504

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 19.180 14.959 20.045 15.595

Federais 115.754 100.292 119.736 107.741

Estaduais 107.845 87.574 111.827 95.023

Municipais 1.513 3.323 1.513 3.323

REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS 6.396 9.395 6.396 9.395

Juros 123.711 83.285 130.248 88.364

Aluguéis 77.508 68.293 78.523 70.252

REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS 46.203 14.992 51.725 18.112

Lucros à Disposição da Assembléia 20.358 38.154 20.358 38.154

**VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO** 20.358 38.154 20.358 38.154

**564.227 467.733 605.855 501.772**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

#### 3.18 Benefícios a Empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

#### 3.19 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculado pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com as regras aplicáveis ao CPC 17 (IAS 11).

As despesas e custos são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

#### 3.20 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos descontos e dos abatimentos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### 3.21 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia somente é provisionado como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

#### 3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;

e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

#### 3.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

• IFRS 7 e IAS 32 - "Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas". As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares. As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida. A Companhia avaliou que sua adoção não terá impacto às suas demonstrações financeiras.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção trará impacto às suas demonstrações financeiras, já que deve ser analisada em conjunto com a IFRS 11.

• IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em

sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

### Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08 apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Descrição	Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial			
	31/12/2012 R\$ Mil	Cenário I R\$ Mil	Cenário II R\$ Mil	Cenário III R\$ Mil
<b>Passivos</b>				
Divida Bancária	7.868	8.722	9.797	11.727
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	<b>7.868</b>	<b>8.722</b>	<b>9.797</b>	<b>11.727</b>
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	<b>3.850</b>	<b>3.850</b>	<b>3.850</b>	<b>3.850</b>
Taxa Dólar	2,0435	2,2653	2,5446	3,0457

### NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	109	56	111	58
Bancos Conta Movimento	10.818	2.349	16.840	12.508
Bancos C/Movimento - Moeda Estrangeira			145	2.960
Aplicações Financeiras	16.377	72.526	42.855	186.046
<b>Total de Caixa e Equivalentes</b>	<b>27.304</b>	<b>74.931</b>	<b>59.951</b>	<b>201.572</b>

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

### NOTA 6 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a Receber de Clientes	8.986	7.729	10.489	9.192
Contas a Receber de Clientes a Faturar (a)	34.693	43.987	51.916	43.987
Créditos com Consórcios (b)	96.148	56.729	96.148	56.729
Aportes (c)	12.341	5.174	12.341	5.174
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>152.168</b>	<b>113.619</b>	<b>170.894</b>	<b>115.082</b>
Dividendos a Receber	21	36.083		
Adiantamentos	784	1.108	13.299	5.340
<b>Parcela Circulante</b>	<b>152.973</b>	<b>150.810</b>	<b>184.193</b>	<b>120.422</b>
Recursos Trabalhistas	12	13	47	70
Depósitos Judiciais	308	1.344	309	1.345
Outros Créditos			20	54
<b>Parcela Não-Circulante</b>	<b>320</b>	<b>1.357</b>	<b>376</b>	<b>1.469</b>
Total a Receber de Clientes	152.168	113.619	170.894	115.082
Total das Demais Contas a Receber	1.125	38.548	13.675	6.809
<b>Total Geral</b>	<b>153.293</b>	<b>152.167</b>	<b>184.569</b>	<b>121.891</b>

a) O saldo de contas a receber de clientes a faturar refere-se a contratos onde as parcelas são reconhecidas por regime de competência conforme a evolução física da obra. Este procedimento não altera os prazos de recebimento estabelecidos nos contratos com os clientes, que acompanham cronogramas de evoluções de gastos.

b) Créditos com consórcios representam valores a receber referente aos resultados gerados nos empreendimentos em que a Companhia participa, com outros parceiros, em contratos EPC (Engenharia, Fornecimento de Equipamentos e Construção) nos segmentos plataformas, refinarias e plantas de gás. A realização destes valores ocorre da seguinte forma: mensalmente os Consórcios pagam às empresas consorciadas uma taxa de administração central e periodicamente é feita uma distribuição de resultado. Abaixo segue o detalhamento do saldo em 31/12/2012:

Consórcios	Ativos	Passivos	Patrimônio % de Participação		Resultado a Receber	Saldo a Distrib.	Receber
			Líquido	%			
Consórcio CII - Ipojuca Rnest Interligações	200.531	106.878	93.653	40,0%	37.461	(36.565)	896
Consórcio QI - Reduc HDS	240.777	7.281	233.496	35,0%	81.724	(72.225)	9.499
Consórcio QI - Reduc Plangás	162.572	21.822	140.750	35,0%	49.263	(37.806)	11.457
Consórcio QI - Revap	746	(30.223)	30.968	35,0%	10.839	(10.431)	408
Consórcio QGGI - Comperj HDT	70.951	49.483	21.468	24,5%	5.260	(4.277)	983
Consórcio UTGCA - Caraguatubá	381.099	70.511	310.588	17,5%	54.353	(21.434)	32.919
Consórcio Marlim Leste	716	3	713	15,0%	107	459	566
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.057.392</b>	<b>225.756</b>	<b>831.636</b>		<b>239.007</b>	<b>(182.279)</b>	<b>56.728</b>

Consórcios	Ativos	Passivos	Patrimônio % de Participação		Resultado a Receber	Saldo a Distrib.	Receber
			Líquido	%			
Consórcio CII - Ipojuca Rnest Interligações	474.912	212.115	262.797	40,0%	105.119	(53.768)	51.351
Consórcio QI - Reduc HDS	222.377	9.069	213.308	35,0%	74.658	(72.908)	1.750
Consórcio QI - Reduc Plangás	121.741	9.663	112.078	35,0%	39.227	(38.634)	593
Consórcio QI - Revap	756	(30.223)	30.979	35,0%	10.843	(10.434)	409
Consórcio QGGI - Comperj HDT	216.256	107.549	108.707	24,5%	26.633	(8.259)	18.374
Consórcio UTGCA - Caraguatubá	303.227	22.273	280.954	17,5%	49.167	(26.062)	23.105
Consórcio Marlim Leste	716	3	713	15,0%	107	459	566
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.339.985</b>	<b>330.449</b>	<b>1.009.536</b>		<b>305.754</b>	<b>(209.606)</b>	<b>96.148</b>

c) Representam aportes de recursos efetuados aos consórcios para viabilização financeira e econômica de suas atividades, representado substancialmente por Consórcio CII - Ipojuca Interligações - RNEST - Consórcio Queiroz Galvão IESA HDS - Consórcio Queiroz Galvão IESA Plangás - Consórcio Caraguatubá UTGCA.

### NOTA 7 - TÍTULOS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Venda participação CBD (a)			136.905	128.897
Venda imóveis (b)			80.143	80.143
Outras aplicações			33.575	13.311
<b>Total Títulos a Receber</b>			<b>250.623</b>	<b>222.351</b>
<b>Parcela Circulante</b>				<b>218.344</b>
<b>Parcela Não Circulante</b>			<b>250.623</b>	<b>4.007</b>

### NOTA 11 - IMOBILIZADO

CONTROLADORA	Terrenos	Edific. e Benf. 2% a 10%	Maquinas e Equip. 4% a 20%	Instal. 2%	Móveis e Utensílios 10%	Veiculos 5% a 20%	Softwares Hardwares 5% a 10%	Hardwares Arrendado 20%	Imobiliz. Andam.	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>										
Custo		1.186	16.467	628	1.345	4.729	3.127	684	6.990	35.156
Dep. Acum. e Impairment		(1.186)	(858)	(461)	(517)	(581)	(2.100)	(64)		(5.767)
<b>Valor líquido contábil</b>			<b>15.609</b>	<b>167</b>	<b>828</b>	<b>4.148</b>	<b>1.027</b>	<b>620</b>	<b>6.990</b>	<b>29.389</b>
Saldo Inicial			15.609	167	828	4.148	1.027	620	6.990	29.389
Adições	2.812	5	10.163		340		278		16.430	30.028
Baixas			(90)	(102)	(250)	(4)	(133)			(579)
Reclassificações									(21.673)	(21.673)
Depreciação			(1.045)	(26)	(128)	(639)	(202)	(68)		(2.108)
Baixas da Depreciação			40	62	77	4	132			315
<b>Saldo Final</b>	<b>2.812</b>	<b>5</b>	<b>24.677</b>	<b>101</b>	<b>867</b>	<b>3.509</b>	<b>1.102</b>	<b>552</b>	<b>1.747</b>	<b>35.372</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>										
Custo	2.812	1.191	26.540	526	1.435	4.725	3.272	684	1.747	42.932
Dep. Acum. e Impairment		(1.186)	(1.863)	(425)	(568)	(1.216)	(2.170)	(132)		(7.560)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>2.812</b>	<b>5</b>	<b>24.677</b>	<b>101</b>	<b>867</b>	<b>3.509</b>	<b>1.102</b>	<b>552</b>	<b>1.747</b>	<b>35.372</b>
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edific. e Benf. 2% a 10%</b>	<b>Maquinas e Equip. 4% a 20%</b>	<b>Instal. 2%</b>	<b>Móveis e Utensílios 10%</b>	<b>Veiculos 5% a 20%</b>	<b>Softwares Hardwares 5% a 10%</b>	<b>Hardwares Arrendado 20%</b>	<b>Imobiliz. Andam.</b>	<b>Total</b>
<b>Taxas de Depreciação</b>										
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>										
Custo		8.872	22.030	628	2.358	4.729	5.051	684	8.203	52.555
Dep. Acum. e Impairment		(5.459)	(1.773)	(461)	(813)	(581)	(2.797)	(64)		(11.948)
<b>Valor líquido contábil</b>		<b>3.413</b>	<b>20.257</b>	<b>167</b>	<b>1.545</b>	<b>4.148</b>	<b>2.254</b>	<b>620</b>	<b>8.203</b>	<b>40.607</b>
Saldo Inicial		3.413	20.257	167	1.545	4.148	2.254	620	8.203	40.607
Adições	2.812	3.424	12.104		743		1.594		17.687	38.364
Baixas		(78)	(90)	(102)	(250)	(4)	(135)			(659)
Reclassificações									(21.673)	(21.673)
Depreciação		(1.478)	(1.634)	(26)	(257)	(639)	(540)	(68)		(4.642)
Baixas da Depreciação			40	62	77	4	132			315
<b>Saldo Final</b>	<b>2.812</b>	<b>5.281</b>	<b>30.677</b>	<b>101</b>	<b>1.858</b>	<b>3.509</b>	<b>3.305</b>	<b>552</b>	<b>4.217</b>	<b>52.312</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>										
Custo	2.812	12.218	34.044	526	2.851	4.725	6.510	684	4.217	68.587
Dep. Acum. e Impairment		(6.937)	(3.367)	(425)	(993)	(1.216)	(3.205)	(132)		(16.275)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>2.812</b>	<b>5.281</b>	<b>30.677</b>	<b>101</b>	<b>1.858</b>	<b>3.509</b>	<b>3.305</b>	<b>552</b>	<b>4.217</b>	<b>52.312</b>

### Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- > Política de renovação dos ativos;
- > Expectativa da empresa com base na experiência de empresas do grupo;
- > Informação referente ao ambiente econômico;
- > Informações contábeis e controle patrimonial;
- > Especificações técnicas; e,
- > Política de manutenção dos bens.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a expectativa da empresa com base na experiência do mercado com ativos semelhantes.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 2.108 (R\$ 1.265 em 2011) referente à depreciação do imobilizado foi debitado na rubrica de "despesas gerais e administrativas".

### NOTA 12 - INTANGÍVEL

Controladora	Software		Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
	Software	arrendado			
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>					
Custo	7.092	1.732	937		9.761
Amort. Acum. e Impairment	(317)	(138)	(224)		(679)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>6.775</b>	<b>1.594</b>	<b>713</b>		<b>9.082</b>
Saldo Inicial	6.775	1.594	713		9.082
Adições	1.625	503		464	2.592
Amortização	(842)	(191)	(88)		(1.121)
<b>Saldo Final</b>	<b>7.558</b>	<b>1.906</b>	<b>625</b>	<b>464</b>	<b>10.553</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>					
Custo	8.717	2.235	937	464	12.353
Amort. Acum. e Impairment	(1.159)	(329)	(312)		(1.800)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>7.558</b>	<b>1.906</b>	<b>625</b>	<b>464</b>	<b>10.553</b>
<b>Consolidado</b>	<b>Software</b>	<b>Software arrendado</b>	<b>Implantação de Novos Processos</b>	<b>Implantação de ERP em Andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>					
Custo	8.428	1.732	937		11.097
Amort. Acum. e Impairment	(1.010)	(138)	(224)		(1.372)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>7.418</b>	<b>1.594</b>	<b>713</b>		<b>9.725</b>
Saldo Inicial	7.418	1.594	713		9.725
Adições	2.710	503		464	3.677
Amortização	(1.824)	(191)	(88)		(2.103)
<b>Saldo Final</b>	<b>8.304</b>	<b>1.906</b>	<b>625</b>	<b>464</b>	<b>11.299</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>					
Custo	11.138	2.235	937	464	14.774
Amort. Acum. e Impairment	(2.834)	(329)	(312)		(3.475)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>8.304</b>	<b>1.906</b>	<b>625</b>	<b>464</b>	<b>11.299</b>

Em 31 de dezembro de 2012 o montante de amortização de R\$ 1.121 (R\$ 679 em 2011) foi registrado como "despesas gerais e administrativas".

### NOTA 12.1 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente

Por Tipo de Moeda	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Reais - R\$	242.526	219.583
Dólar Norte-Americano - US\$	7.867	20.555
Euro - EUR		
	<b>250.393</b>	<b>240.138</b>

## NOTA 15 - DEBÊNTURES

1ª Emissão	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em Circulação	Valor na Data de emissão	Encargos Financeiros anuais	
					31/12/2012	31/12/2011
	1/7/2011	Particular	6.000	60.000	CDI + 6%	
					Parcela no Circulante	26.614
					Parcela no Não Circulante	34.386
						<b>61.000</b>

Em 01 de julho de 2011 foram emitidas e totalmente subscritas 6.000 (seis mil) debêntures de série única, não conversíveis em ações, com garantia real, no montante de R\$ 60.000, com as seguintes características principais: Amortizações programadas: 2% em agosto de 2011, 4,5% em novembro de 2011, 8,5% em fevereiro de 2012, 13% em maio de 2012, 15,5% em agosto de 2012, 13% em novembro de 2012, 20% em fevereiro de 2013 e 23% em maio de 2013. • Vencimento final: 01/05/2013 • Remuneração: juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP acrescida de uma taxa prefixada de 6,00 % ao ano base 252 dias úteis. A emissão das debêntures foi aprovada na 16ª AGE, de 21 de junho de 2011. O saldo encontra-se integralmente registrado no passivo e foi atualizado até 31 de dezembro de 2012, considerando as taxas vigentes no contrato.

## NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 16.1 Impostos Diferidos

Ativo Fiscal Diferido	Controladora			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões de Contingências	494	178	672	20	8	28
Prejuízo Fiscal				2.967	1.068	4.035
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>494</b>	<b>178</b>	<b>672</b>	<b>2.987</b>	<b>1.076</b>	<b>4.063</b>

### Passivo Fiscal Diferido

Lucros Diferidos s/Orgãos Públicos	Controladora			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucros Diferidos s/Orgãos Públicos	5.874	2.117	7.991	6.814	2.456	9.270
Custos com Transações Financeiras	266	96	362	933	336	1.269
Depreciação s/Revisão Vida Útil	912	328	1.240	666	240	906
Valor Justos s/Propriedade de Investimento	5.246	1.888	7.134	5.245	1.888	7.133
Arrendamento Mercantil	159	57	216	50	18	68
Alienação de Imóveis	5.606	2.018	7.624	5.606	2.018	7.624
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>18.063</b>	<b>6.504</b>	<b>24.567</b>	<b>19.314</b>	<b>6.956</b>	<b>26.270</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### 16.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro antes dos Impostos</b>	<b>31.082</b>	<b>51.948</b>	<b>34.827</b>	<b>59.129</b>
Alíquota Nominal	-34%	-34%	-34%	-34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	10.550	17.644	11.841	20.080
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.429)	(4.746)	(37)	(34)
Incentivos Fiscais	(175)	(34)	(175)	(34)
Adições e Exclusões Permanentes	2.789	929	2.851	929
Outros Ajustes	(11)	(11)	(11)	(11)
IRPJ e CSLL no Resultado	10.724	13.793	14.469	20.975
Imposto Diferido	(1.687)	(10.512)	(1.687)	(10.512)
Imposto Corrente	(9.037)	(3.281)	(12.782)	(10.463)
Alíquota Efetiva	-35%	-27%	-42%	-35%

## 17 - PROVISÕES

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. É registrada provisão no Passivo Não Circulante para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável, com exceção das provisões para contingências trabalhistas que foram feitas com base no histórico de acordos trabalhistas estimados por seus assessores jurídicos.

### Controladora

#### Em 31 de dezembro de 2011

Constituída durante o exercício

Reversão de provisões

#### Em 31 de dezembro de 2012

### Exigências Fiscais e Trabalhistas

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável.

## NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

### 18.1 Transações com a Controladora e Coligada

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A (i)	14.686	1	15.603	14.375
Inepar S/A Indústria e Construções (i)	217.048			
Quip S/A (ii)		81		1.474
Rig Oil & Gas Inc. (ii)		35.865		
CCI Oil & Gas Inc. (ii)	3.780			
Companhia Brasileira de Diques (iii)	8.406			750
	<b>243.920</b>	<b>35.947</b>	<b>15.603</b>	<b>16.599</b>
	<b>Passivo Circulante</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A (i)	12	151		
Quip S/A (ii)			2.287	39.342
	<b>12</b>	<b>151</b>	<b>2.287</b>	<b>39.342</b>
	<b>Resultado (Receitas)</b>	<b>Resultado (Despesas)</b>		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Quip S/A (ii)	2.834	1.783		
CCI Oil & Gas Inc. (ii)	4.129			
	<b>6.963</b>	<b>1.783</b>		

### (i) Controladora

### (ii) Coligada

### (iii) Outras Ligadas

## 18.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas de assembleias gerais, para 2012 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas:

DIRETORIA EXECUTIVA:			
<b>Valdir Lima Carreiro</b>		<b>Irajá Galliano Andrade</b>	
<b>José Eduardo Catelli Soares de Figueiredo</b>		<b>Otto Garrido Sparenberg</b>	
<b>Contabilista:</b>			
<b>Gilberto Marques - CPF 141.526.788-01 CRC - TC - 1SP231969/O-8-S-RJ</b>			

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e acionistas  
 IESA - Óleo e Gás S.A.  
 Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da IESA - Óleo e Gás S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB - e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para a opinião com ressalva

i) Classificação de Títulos a Receber de partes relacionadas  
 Conforme descrito na nota explicativa nº 7, estão registrados em Títulos a Receber, Ativo Circulante, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, saldos de R\$ 136.905 mil e R\$ 80.143 mil a receber da controladora indireta Inepar S.A. Indústria e Construções, decorrentes da venda de participações no capital de outras companhias e da venda de imóveis. Por tratarem-se de saldos a receber de pessoas ligadas, cujas datas de vencimento iniciais foram postergadas, tais valores deveriam estar registrados no Ativo Não Circulante. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012, o saldo do Ativo Circulante encontra-se indevidamente a maior em R\$ 217.048 mil, enquanto o saldo do Ativo Não Circulante encontra-se a menor no mesmo montante.

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

Remuneração de Diretores - CLT	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração de Diretores - Estatutário	505	438
Participação no Resultado Diretores - CLT	3.052	2.879
Participação no Resultado Diretores - Estatutário	463	172
Outros Benefícios	1.617	1.432
<b>TOTAL</b>	<b>6.377</b>	<b>6.094</b>

Salários	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Gastos Previdenciários	159.359	109.148
Planos de Pensão	76.703	54.856
Participação nos Resultados	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>11.584</b>	<b>164.004</b>

## NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 102.996 representado por 65.995.745 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

### 19.2 Dividendos

Não foram provisionados os dividendos mínimos obrigatórios, conforme determina o Estatuto Social da Companhia, em função de existirem cláusulas de covenants em contratos financeiros que determinam não declarar dividendos que excedam a 50% do lucro líquido das demonstrações consolidadas da controladora IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A. A assembleia dos acionistas definirá a destinação do resultado de 2012.

## NOTA 20 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém Programa de Alavancagem de Resultados (PAR) aos seus colaboradores, vinculada ao alcance de metas, cujos parâmetros constam do acordo assinado em setembro de 2012.

## NOTA 21 - RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Revenda	64.832	215	64.832	215
Serviços	131.351	26.581	131.351	26.581
Venda de Sucata	800	4.026	800	4.026
Receitas de Consórcios	650.992	657.968	650.993	657.968
Vendas no Mercado Externo	111.245	51.286	416.829	271.413
Vendas Intercompanhias	2.833	1.782	2.833	
<b>Receita Bruta</b>	<b>962.053</b>	<b>741.858</b>	<b>1.267.638</b>	<b>960.203</b>
(-) Impostos sobre Vendas	(62.024)	(44.601)	(62.024)	(44.601)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>900.029</b>	<b>697.257</b>	<b>1.205.614</b>	<b>915.602</b>

## NOTA 22 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado na venda de ativos imobilizados				
Receita da venda	827	81.300	886	81.300
(-) Baixa do valor líquido contábil	(1.639)	(59.268)	(1.691)	(59.315)
Resultado na venda de investimentos				
Receita da venda				
(-) Baixa do valor líquido contábil				
Atribuição a valor justo		12.165		12.165
Outras Receitas	1.675	647	1.674	647
Outras Despesas	(777)	(2.594)	(618)	(2.594)
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>86</b>	<b>32.250</b>	<b>251</b>	<b>32.203</b>

O resultado de R\$ 32.250 apresentado em 2011 é decorrente, principalmente, da operação de centralização dos imóveis para a controladora indireta Inepar S/A Ind. Construções, conforme divulgado na nota explicativa n.º 07.b.

## NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Despesas Financeiras</b>				
Despesas bancárias	10.571	8.370	10.797	9.581
Juros de empréstimos e mútuos com ligadas	51.688	55.002	51.691	55.002
Juros sobre outros passivos	11.880	4.449	12.400	4.572
Variações cambiais passivas	3.369	472	3.636	1.110
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>77.508</b>	<b>68.293</b>	<b>78.524</b>	<b>70.265</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	17.082	4.296	17.912	13.666
Juros sobre outros ativos		107	887	1.806
Variação cambial ativa	937	381	1.598	1.107
Descontos Aferidos	205	481	205	481
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>18.224</b>	<b>5.265</b>	<b>20.602</b>	<b>17.060</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(59.284)</b>	<b>(63.028)</b>	<b>(57.922)</b>	<b>(53.205)</b>

## NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques.

Em 31/12/2012 a companhia possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:

- > Lucros cessantes;
- > Responsabilidade Civil;
- > Transporte;
- > Equipamentos Pesados (Caminhões, Guindastes); e
- > Vida em Grupo

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado com os clientes, a Companhia adquiriu "seguros performance" que garantem o ressarcimento de até R\$ 140 milhões de eventuais multas contratuais.

## NOTA 25 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 22,4 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 14).

## NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, aprovada pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo do seu plano estratégico, contendo as seguintes áreas:

	CONTROLADORA			
	Plataformas e Módulos	Obras de Infra em: Refinarias	Operações Off Shore	Obras de Infra em: Plantas de Gás
<b>Receitas em 31/12/2012</b>				
Receita bruta total	114.549	718.909	150.053	(21.458)
Impostos s/Vendas	(647)	(40.797)	(19.670)	(910)
Custos dos Produtos e Serviços	(124.493)</			